



# dikē

Revista do Programa de  
Pós-Graduação em Direito da  
Universidade Federal de Sergipe

vol. 10 | n.º 1 | São Cristóvão | jan. - dez. 2021

E-ISSN 2448-461X  
ISSN 2237-2040

## Editora-Chefe

Karyna Batista Sposato

## Editor-Adjunto

Pedro André Guimarães Pires

## Editores assistentes

Alana Maria Passos Barreto

Lídia Nascimento Gusmão de Abreu

Matheus de Souza Silva

Matheus Macedo Lima Porto

Victória Cruz Moitinho

## Projeto gráfico e diagramação

Pedro André Guimarães Pires

## Capa

“Prudência”,  
de Peá Guimarães

## Endereço

Departamental CCSA 2, sala 7, térreo  
Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos  
Av. Marechal Rondon, s/n  
Bairro Jardim Rosa Elze  
São Cristóvão - SE  
CEP 49.100-000



O conteúdo desta publicação está licenciado com uma  
Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

## Conselho Científico

Angelo Vigliani Ferraro  
*Università “Mediterranea” di Reggio Calabria*

Clara Angélica Gonçalves Cavalcanti Dias  
*Universidade Federal de Sergipe*

Clara Martínez García  
*Universidad de Comillas*

Francesc Pérez Amorós  
*Universitat Autònoma de Barcelona*

Karyna Batista Sposato  
*Universidade Federal de Sergipe*

Luciana de Aboim Machado  
*Universidade Federal de Sergipe*

Nicolas Espejo Yaksic  
*Universidad Católica de Chile*

## Conselho Editorial

Ana Paula Motta Costa  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Carlos Augusto Alcântara Machado  
*Universidade Federal de Sergipe*

Carlos Luiz Strapazzon  
*Universidade do Oeste de Santa Catarina*

Daniela Carvalho Almeida da Costa  
*Universidade Federal de Sergipe*

Flávia Danielle Santiago Lima  
*Universidade Federal de Pernambuco*

Flávia de Ávila  
*Universidade Federal de Sergipe*

Flávia Moreira Guimarães Pessoa  
*Universidade Federal de Sergipe*

Francisco Muñoz Conde  
*Universidad Pablo de Olavide*

Henrique Ribeiro Cardoso  
*Universidade Federal de Sergipe*

José Rodrigo Rodriguez  
*Universidade do Vale do Rio dos Sinos*

Karyna Batista Sposato  
*Universidade Federal de Sergipe*

Lucas Gonçalves da Silva  
*Universidade Federal de Sergipe*

Luciana de Aboim Machado  
*Universidade Federal de Sergipe*

# Sumário

Carta dos Editores	4
Traduções	
Ciberespaço e o Direito do Cavalo	9
<i>Frank H. Easterbrook</i>	
Tradução de <i>Pedro André Guimarães Pires</i> e <i>Afonso Carvalho de Oliva</i>	
O Direito do Cavalo: o que o direito cibernético pode ensinar?	17
<i>Lawrence Lessig</i>	
Tradução de <i>Pedro André Guimarães Pires</i> e <i>Afonso Carvalho de Oliva</i>	
Artigos inéditos	
Impactos ambientais decorrentes da expansão da telefonia móvel	61
<i>Antônio Alex Pinheiro</i>	
<i>Liziane Paixão Silva Oliveira</i>	
Tecnologias aplicadas à mitigação das mudanças climáticas: captura e do armazenamento de carbono à luz do Acordo de Paris	80
<i>Guilherme Edson Mereghe de Mello Cruz Pinto</i>	
<i>Ariê Scherreier Feneda</i>	
<i>Miriam Olivia Knopik Ferraz</i>	
Fake news e abalo às instituições democráticas	95
<i>Lucas Gonçalves da Silva</i>	
<i>Rennan Gonçalves Silva</i>	
Neurodireito e tribunal do júri no Brasil: uma análise da neurociência aplicada ao direito penal	109
<i>Bruno Teixeira Lins</i>	
<i>Adson Müller de Andrade Moura</i>	
<i>Matheus de Lima Andrade</i>	
A problemática natureza jurídica dos <i>Non-Fungible Tokens</i> : um estudo a partir do projeto <i>The Campari Blockchain</i>	122
<i>Pedro Henrique Carvalho da Costa</i>	
Responsabilidade civil do digital influencer: uma análise da publicidade dos produtos voltados ao público feminino	135
<i>Ana Maria Menezes dos Santos</i>	
<i>Fernanda Oliveira Santos</i>	
Resenha	
Facebook, a mídia e a democracia: big tech, estado pequeno	163
<i>Reginaldo Felix Nascimento</i>	
<i>Cristiana Maria Santana Nascimento</i>	
<i>Aldo Flávio Oliveira Amorim</i>	



# Carta dos Editores

*Cara leitora, caro leitor,*

No último número da DIKÉ, referente ao ano-base de 2020, iniciamos a emenda do fluxo editorial interrompido em razão da pandemia de COVID-19, com a publicação do dossiê *Direito & Pandemia*. Aquela edição inaugurou uma nova fase da Revista, que passou por uma ampla reformulação editorial.

Nesta edição, correspondente ao ano-base de 2021, continuamos nossos esforços nesse sentido com a publicação do dossiê *Direito & Tecnologia*. Abrir um foro de debate acadêmico sobre as implicações jurídicas do emprego de ferramentas tecnológicas — das mais novas às mais tradicionais — é uma sequência lógica das questões discutidas no número anterior. A conjuntura pandêmica acelerou e potencializou, de modo irrefreável, o caráter pervasivo das mais variadas soluções tecnológicas nos mais diversos âmbitos sociais.

O que antes eram possibilidades, que se permitiam decantar e depurar com relativas calma e apuro analítico, tornaram-se necessidades não raro mais urgentes que nossa capacidade de racionalizá-las adequadamente. Essa aceleração forçada da nossa relação com a tecnologia, além de revelar limitações cognitivas importantes sobre suas implicações sobre a sociedade como um todo, também deu origem a novos acoplamentos e desacoplamentos estruturais no sistema jurídico, inserido no ambiente hipercomplexo e hipercontingente da contemporaneidade. O desafio que se põe a nossa frente é não só o de tomar pé das novas realidades jurídicas que (muito) rapidamente se desenham, mas também o de interpretar, reinterpretar e adaptar o código do direito para fazer frente a elas, resguardando, com pragmatismo e prudência, o edifício civilizatório conquistado a tão duras penas.

A arte elaborada especialmente para a capa desta edição reflete essa preocupação. Com o título *Prudência*, a obra representa uma figura arquetípica das deusas de justiça — como Diké — aparentemente absorta numa consciente preocupação — com o futuro? o presente? A linhas retas do fundo arquitetônico, a paleta de cores monocromática e o efeito contrastante da iluminação da cena, porém, distoam do arquetipo, transpondo a imagem clássica para um cenário (pós-)moderno remanescente do modernismo e do brutalismo que se tornaram um símbolo das universidades brasileiras.

Mas um detalhe da obra é, talvez, o mais significativo: a composição, que remete a uma fotografia, é, na verdade, gerada por inteligência artificial, resultado de dezenas de iterações realizadas pelo artista no sistema *Midjourney*. O próprio fazer artístico da imagem, assim, ecoa os questionamentos levantados pelos textos deste número. Qual é o limite da arte? Como se dão as questões relacionadas à autoria da obra? Se direitos morais de autor são direitos da personalidade, ferramentas de IA podem ser coautoras?

São questões cujas respostas permanecem em aberto, suscitando debates, como aquelas que os autores deste número levantam nos textos que compõem o dossiê *Direito & Tecnologia*.

Nesta edição, inaugurando nossa seção de traduções, trazemos à luz um debate seminal que, apesar de ter ocorrido há algumas décadas, continua sendo de extrema relevância para as discussões contemporâneas neste campo de estudo. As traduções foram assinadas pelo EDITOR-ADJUNTO, em colaboração com Afonso Carvalho de Oliva.

O debate em questão teve início com a palestra "Cyberspace and the Law of the Horse", proferida pelo juiz Frank H. Easterbrook em 1996. Utilizando uma analogia provocativa, Easterbrook questionou a necessidade de uma disciplina jurídica específica para regulamentar as questões relacionadas ao ciberespaço, argumentando que as leis existentes seriam suficientemente abrangentes para lidar com os desafios apresentados pela tecnologia emergente. O contraponto veio três anos depois: o renomado professor Lawrence Lessig, em seu influente artigo "The Law of the Horse: What Cyberlaw Might Teach", publicado em 1999, apresentou uma visão divergente. Lessig argumentou que o ciberespaço possui características intrínsecas que desafiam os paradigmas jurídicos tradicionais, enfatizando que a própria arquitetura do software e das redes digitais exerce uma influência significativa sobre o comportamento humano, de maneira análoga às leis escritas, mas diversa delas.

Esse embate de ideias transcendeu uma mera divergência acadêmica, refletindo questões profundas sobre a evolução do direito diante das transformações tecnológicas. Enquanto Easterbrook representava uma abordagem mais conservadora, confiando na adaptabilidade do direito existente, Lessig advogava por uma reformulação que levasse em conta as novas dinâmicas introduzidas pela internet. Ao trazer esse debate para as páginas da DIKÉ, buscamos trazer ao leitor brasileiro acesso facilitado e aberto a ambos os textos. A análise das posições de Easterbrook e Lessig nos convida a refletir sobre como o direito pode equilibrar a tradição jurídica com a necessidade de inovação, garantindo que as normas legais acompanhem o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas e sociais. Publicá-las pela primeira vez juntas e em português, prestando um serviço ao leitor lusófono, é, então, algo que muito nos alegra.

Já nos artigos inéditos, abrimos o dossiê com o artigo "Impactos ambientais decorrentes da expansão da telefonia móvel", de Antônio Alex Pinheiro e Liziane Paixão Silva Oliveira. Os autores abordam um tema de grande atualidade e relevância, analisando como o crescimento acelerado da telefonia móvel nas últimas décadas tem gerado consequências ambientais significativas. Através de uma abordagem interdisciplinar, que combina conhecimentos jurídicos e técnicos, o artigo lança luz sobre um aspecto pouco discutido da relação entre direito e tecnologia, mostrando como os avanços tecnológicos podem ter efeitos colaterais que demandam uma regulação adequada.

Na sequência, temos o artigo "Tecnologias aplicadas à mitigação das mudanças climáticas: captura e do armazenamento de carbono à luz do Acordo de Paris", assinado por Guilherme Edson Mereghe de Mello Cruz Pinto, Ariê Scherreier Ferneda e Miriam Olivia Knopik Ferraz. O trabalho aborda um dos maiores desafios do nosso tempo — as mudanças climáticas — sob a perspectiva das soluções tecnológicas que podem contribuir para mitigar esse problema. Ao analisar especificamente a captura e o arma-

zenamento de carbono no contexto do Acordo de Paris, os autores demonstram como os instrumentos jurídicos internacionais podem impulsionar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias verdes, num exemplo claro de como o direito e a tecnologia podem se aliar em prol de um objetivo comum.

O terceiro artigo, "Fake news e abalo às instituições democráticas", de autoria de Lucas Gonçalves da Silva e Rennan Gonçalves Silva, traz uma reflexão sobre um fenômeno que tem ganhado cada vez mais atenção no debate público: a disseminação de notícias falsas e seu impacto na democracia. Combinando uma análise teórica sobre a desinformação com estudos de casos concretos, os autores mostram como as fake news podem corroer a credibilidade das instituições democráticas e quais estratégias jurídicas podem ser adotadas para combater esse problema. Trata-se de uma contribuição importante para um tema central na interface entre direito e tecnologia.

Já o artigo "Neurodireito e tribunal do júri no Brasil: uma análise da neurociência aplicada ao direito penal", escrito por Bruno Teixeira Lins, Adson Müller de Andrade Moura e Matheus de Lima Andrade, explora uma área fascinante e ainda pouco conhecida: o neurodireito. Ao analisar especificamente a aplicação de conhecimentos neurocientíficos ao tribunal do júri, os autores mostram como os avanços no estudo do cérebro podem trazer novos insights para a compreensão do comportamento humano e para a tomada de decisões no âmbito do direito penal. É um trabalho que abre novas perspectivas sobre a relação entre direito e ciência.

O penúltimo artigo, intitulado "A problemática natureza jurídica dos Non-Fungible Tokens: um estudo a partir do projeto The Campari Blockchain", de Pedro Henrique Carvalho da Costa, aborda um tema que tem ganhado grande visibilidade recentemente: os NFTs. Ao analisar a natureza jurídica desses ativos digitais a partir de um caso concreto, o autor mostra como a tecnologia blockchain tem desafiado as categorias tradicionais do direito, suscitando questões sobre propriedade, autenticidade e autoria no ambiente digital. É um artigo que exemplifica os desafios que os avanços tecnológicos apresentam para os juristas.

Fechando o dossiê, temos o artigo "Responsabilidade civil do digital influencer: uma análise da publicidade dos produtos voltados ao público feminino", de Ana Maria Menezes dos Santos e Fernanda Oliveira Santos. As autoras abordam um tema de grande atualidade e relevância social: a responsabilidade dos influenciadores digitais, que têm se tornado cada vez mais presentes na publicidade direcionada ao público feminino. Através de uma análise cuidadosa da legislação aplicável e de casos concretos, o artigo mostra os desafios jurídicos trazidos por essa nova realidade e aponta caminhos para uma regulação adequada, que proteja os direitos dos consumidores sem inviabilizar as práticas legítimas de publicidade.

Esperamos que esta edição da DIKÉ contribua para o avanço do conhecimento neste campo de estudo e inspire novas reflexões sobre os desafios e as oportunidades apresentados pela interseção entre direito e tecnologia.

01000100 01000101 01010011 01000101 01001010 01000001 01001101  
 01001111 01010011 00100000 01000001 00100000 01010100 01001111  
 01000100 01001111 01010011 00100000 01010101 01001101 01000001

00100000 01000010 01001111 01001111 01000001 00100000 01001100  
01000101 01001001 01010100 01010101 01010010 01000001,

*Karyna Batista Sposato*  
Editora-Chefe

*Pedro André Guimarães Pires*  
Editor-Adjunto

*Alana Maria Passos Barreto*  
Editora assistente

*Mathews de Souza Silva*  
Editor assistente



# *Artigos Inéditos*

dossiê  
Direito & Tecnologia